

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.745.749 - MT (2018/0134529-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : ASSOCIACAO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE CUIABÁ**  
**ADVOGADO : CLÁUDIO STABILE RIBEIRO E OUTRO(S) - MT003213**  
**RECORRENTE : R DE M C M (MENOR)**  
**REPR. POR : S DE M C M**  
**REPR. POR : R DA S M**  
**ADVOGADO : ANDERSON ROSA FERREIRA ZELASKI - MT014156**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por **R DE M C M (MENOR)**, representada por **S DE M C M E OUTRO**, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado (fls. 435, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL — AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS — RESPONSABILIDADE CIVIL — PARTO — LESÃO FLEXO BRAQUIAL — OPÇÃO PELA REALIZAÇÃO DE PARTO NATURAL AO INVÉS DO PARTO CESAREA — MELHOR PROCEDIMENTO NÃO ADOTADO - NEXO CAUSAL DEMONSTRADO — RESPONSABILIDADE CIVIL DO HOSPITAL COMPROVADA — INDENIZAÇÕES CABÍVEIS — SENTENÇA REFORMADA — RECURSO PROVIDO. 1. Demonstrado que não foi adotado o melhor procedimento/método para realização do parto, não é possível afastar a responsabilidade de nosocômio pela ocorrência de lesão no infante sofrida durante realização de parto natural. 2. Cabível a indenização por dano moral quando demonstrado que o ato praticado extrapola o campo do mero aborrecimento. 3. Compete ao ofensor o custeio de todo tratamento prescrito por profissional competente à vítima de lesão por ele provocada.

Embargos de declaração parcialmente acolhidos, tão somente para acrescentar o termo inicial do pagamento da pensão mensal, o qual retroage a data de nascimento da autora (fls. 507-512, e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 541-552, e-STJ), a recorrente apontou ofensa ao artigo 944 do Código Civil, ao argumento de que o valor dos danos morais é ínfimo e destoa da jurisprudência do STJ. Pugna a majoração da verba indenizatória.

Contrarrazões às fls. 573-585, e-STJ.

Inadmitido o recurso na origem (fls. 591-593, e-STJ), adveio o agravo de fls. 597-604, e-STJ, o qual fora provido para melhor análise da controvérsia por meio da decisão de fls. 640-641, e-STJ).

Parecer do Ministério Público Federal acostado às fls. 648-652, e-STJ, pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Cinge-se a irresignação veiculada no presente reclamo acerca do *quantum* arbitrado a título de danos morais. A recorrente entende que a verba indenizatória merece ser majorada e aponta violação ao artigo 944 do Código Civil.

No caso, em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, e ponderando a realização de tratamentos médicos, exames, dor, sofrimento, desgaste emocional pelos quais ainda passa a apelante em tenra idade (06 anos — cf. fls. 22), observado, ainda, o perfil pessoal e profissional das partes, arbitro os danos morais no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), razoável e suficiente para aplacar os danos que foram causados à apelante, sem caracterizar enriquecimento ilícito. (fl. 442, e-STJ)

No que se refere ao pleito de majoração da verba indenizatória, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação da indenização, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestimule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido.

Com a apreciação reiterada de casos dessa natureza, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o *quantum* fosse manifestamente irrisório ou exagerado, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Desta forma, se o arbitramento do valor da compensação por danos morais foi realizado com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, caso se trate de responsabilidade subjetiva, e ao nível socioeconômico do recorrido, orientando-se a Corte de piso pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, fazendo uso de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, o STJ tem por coerente a prestação jurisdicional fornecida. Precedentes: AgRg no AREsp 481.558/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 30/05/2014; AgRg no Ag 823.567/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 01/10/2015.

No caso em tela, o Tribunal *a quo* fixou a indenização por danos morais em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), além de pensão mensal no montante equivalente a um salário mínimo desde o nascimento até a completa cura da lesão sofrida pela autora (fl. 443, e-STJ). Referido valor, consideradas as circunstâncias fáticas (delineadas na sentença e no acórdão), não destoia daqueles reputados razoáveis e proporcionais por esta Corte, de modo a não haver justificativa para afastamento do óbice inserto na Súmula 7/STJ. Nesse sentido, confira-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. **INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DE ERRO MÉDICO. INDENIZAÇÃO FIXADA EM R\$**

**20.000,00. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DO MONTANTE FIXADO. INVERSÃO DO JULGADO. REVOLVIMENTO DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. AGRAVO INTERNO DO ENTE PÚBLICO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.** 1. Verifica-se que o valor arbitrado fora determinado em razão das peculiaridades do caso concreto, levando em consideração o grau da lesividade da conduta ofensiva e a capacidade econômica da parte pagadora, a fim de cumprir dupla finalidade: amenizar a dor sofrida pela vítima e punir o causador do dano, evitando-se novas ocorrências. 2. Desse modo, a revisão do valor a ser indenizado somente é possível quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa in casu diante da quantia fixada pelo juiz sentenciante e mantida pelo Tribunal a quo em R\$ 20.000,00. 3. Agravo Interno do Ente Público a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 573.949/RR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/08/2018, DJe 20/09/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. **ERRO MÉDICO. NEGLIGÊNCIA NA CIRURGIA PARA RETIRADA DE PROJÉTIL DE ARMA DE FOGO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL.** IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte Superior tem orientação no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias somente deve ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ocorre no caso dos autos. 2. **Assim, levando-se em consideração as particularidades do caso, a quantia indenizatória fixada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de fato, não se mostra desproporcional e está compatível com as circunstâncias narradas no acórdão, em atenção à gravidade da ofensa, ao grau de culpa e à condição socioeconômica do causador do dano.** 3. Dessa forma, não demonstrada a excepcionalidade capaz de ensejar revisão pelo STJ, qualquer alteração nesse quadro demandaria o inevitável reexame de matéria fático-probatória, procedimento vedado pela Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça. [...] 5. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 970.323/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 03/02/2017) [grifou-se]

No mesmo sentido, ainda: AgInt no AREsp 1423460/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 28/03/2019; REsp 1771881/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 06/12/2018.

Como se vê, os precedentes jurisprudenciais deste Tribunal Superior apontam valores de indenização similares àquele fixado pela Corte *a quo*, em casos envolvendo danos

decorrentes de erro médico. Desta forma, levando em consideração os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e adotando como parâmetros casos já julgados por esta Corte, não há razão para afastar o óbice inserto na Súmula 7 do STJ, no tocante ao valor dos danos morais fixados.

Ademais, com relação a alegada divergência jurisprudencial, esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice sumular impede o exame de dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes: AgRg no AREsp 662.068/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 22/06/2015; AgRg no AREsp 463.390/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2014.

**2.** Do exposto, **nego provimento** ao recurso especial interposto por R DE M C M (MENOR), representada por S DE M C M E OUTRO.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator